



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Técnico de Controle Externo
Auditoria Governamental

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'B02', Tipo 002

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova DiscursivaCaso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

O Chaplin das crianças

*Não faz muito tempo, passaram o filme **Tempos modernos** aqui, outra vez, e a gurizada foi ver e gostou. Achou engraçado engraçado, não apenas engraçado curioso. Você e eu não temos mais condições de julgar um filme de Charles Chaplin. A obra de Chaplin faz parte do nosso patrimônio cultural e mental. A gente a reverencia mesmo sem ver. Gosta por obrigação. Mas as crianças não tinham nenhum compromisso com Chaplin, mal sabiam de quem se tratava, e gostaram porque gostaram. Uma vez, tínhamos visto juntos uma coleção de curtas-metragens antigos – inclusive do Chaplin –, e a reação geral fora de profunda chateação. Minha também, só que eu não podia confessar. E sai da experiência com sombrias premonições. Acabara-se a inocência do mundo.*

*As pessoas se preocupam com o efeito da violência na sensibilidade das crianças, mas minha preocupação é um pouco diferente. Tenho medo de que esta seja uma geração à prova de deslumbramento. Uma geração dessensibilizada não pela desumanidade que a técnica moderna transmite, mas pela própria técnica moderna. Certamente, não eram menos violentas do que os seriados de TV de hoje as comédias **pastelão** de 50 anos atrás, quando pastelão era apenas uma das coisas que as pessoas levavam na cara. Mas a novidade do cinema – a primeira arte elétrica, o primeiro divertimento industrial – prevenia contra a banalização da violência. Todos os saltos dados pela técnica do entretenimento e da informação desde então nos encontraram dispostos ao deslumbramento. Me lembro que quando a televisão mostrou as primeiras tomadas da Lua, diretamente da nave que a circundava, ficamos, os adultos, de boca aberta, emocionados, na frente da TV até que uma das minhas filhas entrou na sala e perguntou quando aquilo ia acabar, que ela queria ver um desenho animado.*

Sinto muito que meus filhos não terão mais nada com que se emocionar no desenvolvimento da técnica de divertir, mas talvez seja melhor assim. A técnica não quer dizer nada para quem nasceu na era da televisão. A técnica já chegou a Marte e não tinha nada lá, grande coisa. Mas a simples astúcia do corpo de um comediante como Chaplin, a sabedoria de um gesto feito há 50 anos ainda é compreendida e ainda faz rir. Talvez o fim do deslumbramento com a técnica seja o começo da verdadeira inocência, depurada e receptiva, e muito mais bem informada do que a nossa.

(Luis Fernando Verissimo, **Banquete com os deuses**)

1. O autor do texto acredita que os avanços tecnológicos, quando incorporados pela indústria do entretenimento que é o cinema,
 - (A) pouco dizem às crianças de hoje, ao contrário das reações violentas que a tecnologia moderna causou quando começou a ser utilizada em escala industrial.
 - (B) tornam as crianças de hoje menos sensíveis que as de ontem, já que mais expostas à esterilização dos sentimentos promovida pelas técnicas modernas.
 - (C) tornam as crianças de hoje mais sensíveis que as de ontem, pois um dos efeitos evidentes das novas tecnologias é a intensificação máxima das nossas emoções.
 - (D) não chegam a impressionar as crianças de hoje, já naturalmente familiarizadas com as novas tecnologias e ainda capazes de se divertir com antigas cenas de humor.
 - (E) não chegam a impressionar as crianças de hoje, assim como também já não mais as entretêm as cenas de humor antigas, que todos reverenciavam.
2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, as duas reações referidas a filmes de Charles Chaplin demonstram a tese central do autor, segundo a qual as crianças de todas as épocas são igualmente sensíveis ao mesmo gênero de humor.
 - II. No segundo parágrafo, o autor confessa seu temor de que, com o tempo, as crianças se dessensibilizem de vez, dado que a violência a que estão expostas hoje, diante de uma TV, é muito maior do que a dos filmes antigos.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor reconhece que a nova geração já não sente nenhum fascínio pelas novidades da tecnologia, ao passo que continua sensível às comédias que encantaram os antigos espectadores de cinema.

Em relação ao texto está correto o que se afirma em

 - (A) III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I e III, apenas.



3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *verdadeira inocência, depurada e receptiva* (3º parágrafo) = real ingenuidade, acurada e submissa
- (B) *faz parte do nosso patrimônio cultural* (1º parágrafo) = participa do nosso organograma intelectual
- (C) *saí da experiência com sombrias premonições* (1º parágrafo) = evadi-me do evento visando transtornos
- (D) *prevenia contra a banalização da violência* (2º parágrafo) = precavia-se diante dos arremedos mundanos
- (E) *a simples astúcia do corpo* (3º parágrafo) = a pura artimanha corporal
-
4. No contexto, a frase *Achou engraçado engraçado, não apenas engraçado curioso* (1º parágrafo) pode ser adequadamente traduzida nesta outra redação:
- (A) Viu no filme uma graça superior, e não apenas a mera curiosidade gratuita.
- (B) Sentiu a graça natural do filme, não viu nele apenas a graça curiosa.
- (C) Encontrou no filme uma natureza engraçada, além de muito curiosa.
- (D) Julgou o filme tão engraçado que nem lhe pareceu um caso curioso.
- (E) Apreciou com muita graça o filme, a despeito de ser também curioso.
-
5. É preciso **CORRIGIR**, por defeito de estruturação, a redação da seguinte frase:
- (A) O autor considera que mesmo as antigas comédias do tipo pastelão, de 50 anos atrás, que muita gente considera ingênuas, já continham cenas de grande violência.
- (B) Ao contrário de muitas pessoas, o autor não sente especial receio pelo supostos efeitos dos filmes violentos sobre a sensibilidade das crianças.
- (C) A maioria das pessoas acha que pode haver efeitos dos filmes violentos sobre a sensibilidade das crianças, julgando o autor de modo diverso.
- (D) Se os avanços tecnológicos representassem avanço correspondente da violência, possivelmente já não haveria, atualmente, qualquer forma de vida social.
- (E) Para as crianças de hoje, um desenho animado continua sendo mais sedutor do que a divulgação de qualquer grande feito da ciência e da tecnologia mais avançada.
-
6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente atendidas na frase:
- (A) O autor considera que as novas técnicas já constituiu um espetáculo por si mesmas, ao passo que atualmente já não vem exercendo o mesmo fascínio.
- (B) Já fazem muitas décadas – e parece que foi ontem – que a maioria do público dos cinemas não perdiam por nada as boas comédias do tipo pastelão.
- (C) Ainda que não se gostem das comédias pastelão, é preciso reconhecer que elas arrebanhavam verdadeiras multidões, que lotava qualquer cinema.
- (D) As crianças que hoje vem cativando a programação de TV são as mesmas a quem se sonega o prazer das antigas brincadeiras de rua.
- (E) Será que a atenção que dedicavam aos filmes de Chaplin uma plateia de pessoas comuns tornaram-se hoje um apanágio dos especialistas em cinema?
-
7. Transpondo-se para a **voz passiva** as construções *A gente a reverencia* e *Tínhamos visto juntos uma coleção de curtas-metragens antigos*, as formas verbais resultantes serão, respectivamente,
- (A) **reverencia-nos** e **teria sido vista**.
- (B) **é reverenciada** e **tinha sido vista**.
- (C) **reverenciamo-la** e **víramos**.
- (D) **tem sido reverenciada** e **fora visto**.
- (E) **sofre a reverência** e **tem sido vista**.
-
8. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Diante da TV, assistindo à transmissão da chegada do homem à Lua, os adultos, se emocionavam, ao passo que uma criança alheia, à importância do evento, manifestava seu desejo, de assistir a um desenho animado que ela, certamente, achava muito mais interessante.
- (B) Diante da TV, assistindo à transmissão, da chegada do homem à Lua, os adultos se emocionavam ao passo que uma criança, alheia à importância do evento manifestava seu desejo de assistir a um desenho animado, que ela certamente achava muito mais interessante.
- (C) Diante da TV, assistindo à transmissão da chegada do homem à Lua, os adultos se emocionavam, ao passo que uma criança, alheia à importância do evento, manifestava seu desejo de assistir a um desenho animado, que ela certamente achava muito mais interessante.
- (D) Diante da TV assistindo à transmissão da chegada do homem à Lua, os adultos, se emocionavam, ao passo que, uma criança alheia à importância do evento, manifestava seu desejo de assistir a um desenho animado, que ela certamente, achava muito mais interessante.
- (E) Diante da TV assistindo à transmissão da chegada do homem à Lua, os adultos se emocionavam, ao passo que, uma criança alheia, à importância do evento, manifestava seu desejo, de assistir a um desenho animado, que ela certamente achava muito mais interessante.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto abaixo.

Pensando nas instituições

Vamos ao dicionário Houaiss e lá encontraremos, entre outras, a seguinte acepção do verbete instituição: "organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos, que visa atender a uma necessidade de dada sociedade ou da comunidade mundial". Qual seria essa necessidade de que trata o verbe? A de organização das relações humanas, sem a qual não se estabelece a vida social civilizada. Necessárias, portanto, são as instituições, para que os homens tracem os deveres, os direitos e o alcance das atividades de cada um dos agrupamentos constituídos. Sempre alicerçadas numa base jurídica, as instituições buscam ainda resguardar os valores éticos, que se presumem inerentes ao seu funcionamento.

Instituições há de toda sorte e tamanho, do pequeno grêmio estudantil ao grande partido político, do modesto sindicato à confederação nacional de trabalhadores, de uma associação filantrópica à ONU. A todas elas deve-se o reconhecimento da legitimidade, como de todas se espera a lisura e a eficiência, sem o que elas não teriam razão de ser. Nascidas como instrumentos da ordem civilizada, elas são indispensáveis: nunca houve momento da História em que o homem tenha abdicado delas.

Mas os homens não são anjos. Sempre houve, e provavelmente sempre haverá, aqueles que se aproveitam da solidez e da justificativa social de uma instituição, valendo-se da legitimidade que é dela para fraudá-la em benefício próprio. Quantos partidos, órgãos administrativos, corporações e entidades não sofrem a ação deletéria de quem perverte o caráter positivo das instituições para fazer delas instrumentos de ambição pessoal? Quantos não se escudam na legitimidade delas para ocultar atos escusos, praticados em benefício próprio?

Para buscar sanar esses vícios existem instituições específicas, cuja função é justamente fiscalizar o funcionamento das demais. Não é preciso lembrar que são essas instituições fiscalizadoras as que mais severamente devem olhar para si mesmas, a fim de honrar ao máximo a legitimidade da missão que lhes cabe: assegurar que esteja plenamente resguardado o sentido público das atividades de outros órgãos. A missão não é pequena, nem fácil, devendo ser exercida por quem, administrando-a, honre o sentido deste outro verbe (de onde proveio administrar), numa acepção bem específica: ministério, que tem como um dos sinônimos o vocábulo sacerdócio.

(Servílio Moreira, inédito)

9. A **justificativa** essencial da existência mesma das instituições humanas está apontada neste segmento do texto:

- (A) cuja função é justamente fiscalizar o funcionamento das demais.
- (B) organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos.
- (C) tracem os deveres, os direitos e o alcance das atividades de cada um dos agrupamentos constituídos.
- (D) Instituições há de toda sorte e tamanho, do pequeno grêmio estudantil ao grande partido político.
- (E) de todas se espera a lisura e a eficiência.

10. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Nas duas vezes em que se vale do dicionário, o autor do texto demonstra preocupação com o sentido inadequado atribuído aos verbetes consultados, razão pela qual ele os corrige, acrescentando-lhes acepções que lhe parecem mais justas.
- II. O autor afirma, realisticamente, que os *homens não são anjos*, abrindo assim a constatação de que o caráter sólido e respeitável de muitas instituições acaba servindo para encobrir ações e iniciativas individuais inteiramente condenáveis.
- III. Ao lembrar que *sacerdócio* é uma das acepções do verbe *ministério*, o autor sugere que ao bom administrador não pode faltar o sentido de desprendimento, de devotamento, quando do exercício de suas funções.

Em relação ao texto está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

11. Considerando-se o contexto, estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, nesta ordem, os seguintes segmentos:

- (A) *devem olhar para si mesmas – A missão não é pequena*
- (B) *organização das relações humanas – vida social civilizada*
- (C) *resguardar os valores éticos – inerentes ao seu funcionamento*
- (D) *Instituições há de toda sorte – Nascidas como instrumentos da ordem*
- (E) *os homens não são anjos – A todas elas deve-se o reconhecimento da legitimidade*

12. Na frase *Qual seria essa necessidade de que trata o verbe?*, o elemento sublinhado deverá ser substituído por caso seja utilizada a forma verbal no lugar de **trata**.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, respectivamente:

- (A) de cuja - se ocupa
- (B) a que - cuida
- (C) com que - se refere
- (D) pela qual - informa
- (E) à qual - alude

13. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais da frase:

- (A) Quantos órgãos públicos já não terão sofrido a ação deletéria dos que perverteram sua razão de ser e sua finalidade última?
- (B) Nunca teria havido um momento da História em que os homens deixem de se aproveitar da solidez e da justificativa social das instituições.
- (C) Se formos ao dicionário *Houaiss*, lá encontraríamos interessantes acepções que o dicionarista reservaria para esse verbe.
- (D) Quantos não viriam a se escudar na legitimidade das instituições para haverem assim mascarado seus atos mais escusos?
- (E) Tal missão não seria modesta, sendo que devesse ser exercida por quem a empolgar com toda a seriedade.



<p>14. Está plenamente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Confessa o autor que nem sempre as instituições relutam em manter sua legitimidade, em vista das pessoas que as fraudam de modo a se beneficiarem.</p> <p>(B) Seria preciso que as instituições preservassem sua legitimidade, impedindo que os maus intencionados a partir delas visem ao seu interesse próprio.</p> <p>(C) Tanto as instituições públicas como as privadas rendem aos homens honestos um legítimo benefício, ao passo que os demais somente lhes manipulam.</p> <p>(D) Por serem sólidas, os desonestos se aproveitam das instituições mais legítimas para tirarem delas um benefício próprio, em razão de seu egoísmo.</p> <p>(E) O autor admite que as instituições públicas ou privadas podem servir tanto aos que se beneficiam legitimamente delas como àqueles que as fraudam.</p>	<p>18. Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, nos termos da sua Lei Orgânica,</p> <p>(A) realizar, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa ou de Câmara Municipal, de comissão técnica ou de inquérito e do Ministério Público, inspeção e auditoria de natureza contábil nos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.</p> <p>(B) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos contratos, atos de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão, ressalvadas melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal da concessão.</p> <p>(C) fiscalizar as aplicações em empresas de cujo capital social o Poder Público Municipal ou Estadual participe, bem como aquelas recebidas mediante convênio, salvo doações.</p> <p>(D) encaminhar à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal competente, para sustação, os contratos, convênios, termos de parceria, contratos de gestão e operação de crédito em que se tenha verificado irregularidades.</p> <p>(E) adotar medida cautelar, em caso de urgência, diante da plausibilidade do direito invocado e de fundado receio de grave lesão ao erário.</p>
<p>15. Quanto à flexão verbal, há uma irregularidade na frase:</p> <p>(A) Todos os benefícios que advirem de atos ilícitos acabarão por desmoralizar as instituições.</p> <p>(B) Nem sempre convirá a todos prestar o devido respeito às instituições que regulam nossa vida social.</p> <p>(C) O que caberia fazer, caso nos propusessem extinguir todas as instituições que já foram manipuladas?</p> <p>(D) Se eles requeressem os bons serviços da instituição, não seriam atendidos, uma vez que já a prejudicaram.</p> <p>(E) Por serem honestos, nunca lhes aprovou beneficiar-se viciosamente das instituições, públicas ou privadas.</p>	<p>19. Nos termos da Constituição do Estado do Amazonas, a Assembleia Legislativa, diante de indícios de despesas não autorizadas poderá solicitar à autoridade responsável que preste os esclarecimentos necessários. Caso as informações requeridas não sejam prestadas ou se consideradas insuficientes, a Assembleia Legislativa solicitará ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas pronunciamento conclusivo sobre a matéria. No caso dos indícios de irregularidades serem atribuídos ao próprio Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, o pronunciamento conclusivo caberá</p> <p>(A) ao Poder Judiciário.</p> <p>(B) ao Governador.</p> <p>(C) à Assembleia Legislativa.</p> <p>(D) ao Ministério Público.</p> <p>(E) ao Corregedor-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.</p>
<p style="text-align: center;">Controle Externo</p> <p>16. Diante de indícios da realização de despesas não autorizadas no orçamento da União, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, uma comissão mista permanente poderá solicitar à autoridade governamental responsável que preste os esclarecimentos necessários. Essa comissão é constituída por</p> <p>(A) membros do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(B) membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.</p> <p>(C) membros do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(D) Senadores e Deputados Federais.</p> <p>(E) Senadores, Deputados Federais e membros do Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p>20. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas deve prestar contas anualmente de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial</p> <p>(A) ao Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) à Assembleia Legislativa.</p> <p>(C) ao Ministério Público de Contas.</p> <p>(D) ao Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(E) ao Governo do Estado do Amazonas.</p>
<p>17. O Tribunal de Contas</p> <p>(A) auxilia o Legislativo na fiscalização da aplicação de subvenções e na apreciação de renúncia de receitas.</p> <p>(B) é subordinado ao Poder Legislativo, ao qual auxilia no exercício do Controle Externo.</p> <p>(C) integra o Poder Legislativo, por força de disposição constitucional.</p> <p>(D) não integra nenhum dos Poderes, condição assegurada por cláusula pétrea constitucional.</p> <p>(E) tem a titularidade do exercício do controle externo e suas decisões de que resultem multa ou imputação de débito tem a natureza de título executivo.</p>	<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">Administração Financeira e Orçamentária</p> <p>21. A obrigatoriedade da alocação no orçamento público de recursos para o custeio específico de despesas do ensino é exceção legal ao princípio da</p> <p>(A) Não afetação.</p> <p>(B) Avaliação.</p> <p>(C) Anualidade.</p> <p>(D) Exclusividade.</p> <p>(E) Unidade.</p>



<p>22. O orçamentista de uma Prefeitura foi questionado por fazer constar no orçamento a previsão de despesas de seguridade social de uma Fundação instituída e mantida pelo poder público municipal. Em resposta, explicou que apenas cumpriu uma obrigação legal e atendeu ao princípio</p> <p>(A) do Registro Contábil.</p> <p>(B) da Universalidade.</p> <p>(C) do Regime Contábil.</p> <p>(D) do Regime Orçamentário.</p> <p>(E) do Campo de Aplicação.</p>	<p>26. Os restos a pagar, que podem ser classificados como processados e não processados, são contabilizados como</p> <p>(A) dívida do serviço público.</p> <p>(B) dívida fundada.</p> <p>(C) dívida fluante.</p> <p>(D) débitos de tesouraria.</p> <p>(E) serviços da dívida a pagar.</p>
<p>23. No orçamento de uma Prefeitura foi prevista a aquisição de uma casa já utilizada pelo município por meio de locação e onde funciona um posto de saúde. Quando essa compra for realizada, com a utilização de dinheiro dos cofres municipais, a despesa será classificada como</p> <p>(A) extraorçamentária, extraordinária, de capital e efetiva.</p> <p>(B) orçamentária, extraordinária, de capital e efetiva.</p> <p>(C) orçamentária, extraordinária, de capital e por mutação patrimonial.</p> <p>(D) extraorçamentária, ordinária, corrente e por mutação patrimonial.</p> <p>(E) orçamentária, ordinária, corrente e efetiva.</p>	<p>27. Despesas não previstas no orçamento ou com dotação inicial insuficiente podem ser realizadas por meio dos créditos adicionais. São abertos por decreto do executivo e autorizados por lei os créditos</p> <p>(A) extraordinários, apenas.</p> <p>(B) suplementares e especiais, apenas.</p> <p>(C) suplementares, especiais e extraordinários.</p> <p>(D) suplementares e extraordinários, apenas.</p> <p>(E) especiais e extraordinários, apenas.</p>
<p>24. Um fornecedor entregou uma mesa de escritório adquirida pela Prefeitura, com a respectiva nota fiscal. A fase da despesa caracterizada por esse ato, nos termos previstos na Lei nº 4.320/64, é denominada</p> <p>(A) pagamento.</p> <p>(B) consumação.</p> <p>(C) empenho.</p> <p>(D) liquidação.</p> <p>(E) adimplemento.</p>	<p>28. A Lei de Responsabilidade Fiscal criou o anexo de riscos fiscais e o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas. Esses documentos são agregados, respectivamente,</p> <p>(A) ao Plano Plurianual.</p> <p>(B) ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(C) ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.</p> <p>(D) à Lei Orçamentária Anual e ao Plano Plurianual.</p> <p>(E) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.</p>
<p>25. Uma Prefeitura previu no orçamento dotação de R\$ 1.000,00 para a aquisição de uma geladeira. Durante a execução orçamentária foi efetuado o empenhamento de R\$ 900,00 para essa compra. Todavia, o comprador municipal, no ato da compra, optou por um modelo mais caro, com dispositivo de fabricação de gelo acoplado à porta. Assim, a Prefeitura efetuou o pagamento de R\$ 950,00. Essa operação configurou falha na fase da despesa denominada</p> <p>(A) estimativa.</p> <p>(B) liquidação.</p> <p>(C) empenho.</p> <p>(D) restos a pagar.</p> <p>(E) ordem de fornecimento.</p>	<p>29. Uma das principais características da Lei de Responsabilidade Fiscal é a elevação do planejamento como um dos pilares da Administração Pública, materializado no estabelecimento de metas e na criação de um mecanismo de acompanhamento da execução orçamentária, com a obrigatoriedade da realização de audiências públicas para a avaliação do cumprimento dessas metas. A periodicidade exigida para a verificação da arrecadação das receitas e para a realização das audiências públicas é, respectivamente,</p> <p>(A) quadrimestral e quadrimestral.</p> <p>(B) mensal e bimestral.</p> <p>(C) mensal e quadrimestral.</p> <p>(D) bimestral e quadrimestral.</p> <p>(E) bimestral e bimestral.</p> <p>30. É forma de renúncia de receita, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal,</p> <p>(A) a isenção em caráter não geral.</p> <p>(B) a redução de metas fiscais de arrecadação.</p> <p>(C) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança.</p> <p>(D) a alteração de alíquota de IPI, nos termos previstos na Constituição Federal.</p> <p>(E) o parcelamento de crédito da dívida ativa.</p>



Contabilidade Geral

31. Antes de elaborar as suas Demonstrações Contábeis, a Cia. Rio Grande Ltda. apresentava, em 31/12/2012, em seu balancete de verificação, as seguintes contas e seus respectivos saldos (valores em \$):

Depósitos Bancários	65.000	Duplicatas a Receber de Clientes	88.000
Adiantamentos de Clientes	35.000	Capital Social	120.000
Marcas e Patentes	60.000	Reserva Legal	5.000
Empréstimos Obtidos	40.000	Adiantamentos a Fornecedores	45.000
Salários a Pagar	15.000	Veículos	75.000
Receitas de Vendas	280.000	Depreciação Acumulada	15.000
Despesa de Depreciação	10.000	Despesas Pagas Antecipadamente	10.000
Despesa de Salários	25.000	Imposto de Renda a Pagar	22.000
Despesa com Vendas	17.000	Custo das Mercadorias Vendidas	130.000
Despesa de Imposto de Renda	22.000	Reserva de Lucros a Realizar	12.000
Ações em Tesouraria	5.000	Reserva de Incentivos Fiscais	8.000

Com base nessas informações e assumindo que não houve proposta de distribuição de dividendos, o total do Patrimônio Líquido da Cia. Rio Grande Ltda. apresentado em seu Balanço Patrimonial, em 31/12/2012, foi

- (A) \$ 216.000.
- (B) \$ 140.000.
- (C) \$ 206.000.
- (D) \$ 196.000.
- (E) \$ 150.000.

32. Considere as seguintes informações sobre a empresa X correspondentes ao ano de 2012:

1. Apuração do resultado do período com a obtenção de lucro líquido de \$ 250.000.
2. Destinação do Lucro do Período: constituição de Reserva Legal no valor de \$ 12.500 e de Reserva de Incentivos Fiscais no valor de \$ 10.000.
3. Distribuição de dividendos no valor de \$ 50.000.
4. Aumento de Capital Social no valor total de \$ 80.000, sendo \$ 40.000 com incorporação de parte do lucro do período e o restante de \$ 40.000 com integralização com veículos.

Após o reconhecimento dessas operações, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidenciou um aumento no Patrimônio Líquido inicial da empresa no valor total de

- (A) \$ 280.000.
- (B) \$ 262.500.
- (C) \$ 240.000.
- (D) \$ 200.000.
- (E) \$ 290.000.

33. Considere as seguintes aquisições realizadas pela Cia. Vale Tudo S.A.:

Ativo 1 – Aquisição de uma Marca cuja vida útil é indeterminada.

Ativo 2 – Aquisição de um imóvel para ser utilizado em suas operações. Sabe-se que 2 meses após a compra, o imóvel sofreu uma valorização de 20%.

Ativo 3 – Aquisição de 100% do total das ações da Cia. Gama, com o objetivo de diversificar suas atividades. O valor pago corresponde exatamente ao valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida.

Em relação aos critérios de mensuração dos respectivos ativos, é correto afirmar que o ativo

- (A) 3 é mensurado pelo custo de aquisição, pois a Cia. Gama se caracteriza como empresa controlada.
- (B) 1 é mensurado pelo custo de aquisição corrigido.
- (C) 2 é mensurado pelo custo de aquisição, atualizado, menos a depreciação acumulada.
- (D) 3 é mensurado pelo método da equivalência patrimonial, pois a Cia. Gama se caracteriza como empresa coligada.
- (E) 1 é mensurado pelo custo de aquisição menos a perda por *impairment* acumulada.



34. Considere as seguintes afirmações relacionadas com Passivos:
- I. Toda obrigação presente decorrente de evento passado, cuja saída de caixa futura seja provável, possível ou remota, deve ser reconhecida como provisão desde que seja mensurada com confiança.
 - II. O registro do montante inicial dos recursos captados de terceiros, classificáveis no passivo exigível e avaliados pelo custo amortizado, deve corresponder ao valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.
 - III. O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa, na data do balanço, das saídas de recursos que serão exigidas para liquidar a obrigação presente.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I e II, apenas.

35. Determinada Cia. adquiriu, em 31/12/2012, produtos para revenda no valor de \$ 120.000, para serem pagos em junho de 2014. Sabe-se que se estes produtos tivessem sido adquiridos à vista, a Cia. pagaria \$ 100.000. Em 05/01/2013, a Cia. vendeu estes produtos pelo valor de \$ 250.000 que será recebido integralmente em 05/01/2015. Para determinar o valor que será recebido do cliente, a empresa considerou a taxa de juros vigente no mercado e se a venda tivesse sido feita à vista, dentro das condições normais, o seu valor seria de \$ 196.000. Com base nestas informações, em 05/01/2013, a Cia. deveria ter reconhecido, referente a esta venda, um Lucro Bruto de
- (A) \$ 130.000.
 - (B) \$ 96.000.
 - (C) \$ 76.000.
 - (D) \$ 150.000.
 - (E) \$ 0 (zero).

Contabilidade Pública

36. De acordo com a NBCT 16.1, a soma, agregação ou divisão do patrimônio de uma ou mais entidades do setor público resultam em novas unidades contábeis. A unidade contábil é classificada em
- (A) unitária, descentralizada, unificada e consolidada.
 - (B) originária, descentralizada, unificada e consolidada.
 - (C) originária, centralizada, unificada e consolidada.
 - (D) originária, descentralizada, unificada e integralizada.
 - (E) unitária, centralizada, unificada e integralizada.
37. Conforme suas características e seus reflexos no patrimônio público, as transações no setor público podem ser classificadas nas naturezas:
- (A) orçamentária e administrativa.
 - (B) econômico-financeira e orçamentária.
 - (C) econômico-financeira e patrimonial.
 - (D) administrativa e patrimonial.
 - (E) econômico-financeira e administrativa.



38. Considere:

- I. O código de fonte/destinação de recursos, para a receita orçamentária, tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, indica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.
- II. Destinação Ordinária é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pelos mandamentos legais.
- III. O controle das disponibilidades financeiras por destinação/fonte de recursos deve ser feito somente durante a execução orçamentária.

Sobre os procedimentos contábeis orçamentários, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) III.

39. Considere:

- I. As variações patrimoniais decorrentes de transações que provocam alterações no valor do patrimônio líquido são classificadas em aumentativas e diminutivas.
- II. As variações patrimoniais quantitativas alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o valor do patrimônio líquido.
- III. As variações patrimoniais diminutivas decorrentes da execução orçamentária devem ser reconhecidas no momento do empenho da despesa.

Sobre as variações patrimoniais, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) I e II.

40. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo adquiriu um veículo novo por R\$ 90.000,00. Na data de aquisição, verificou-se que a vida útil do bem seria de 5 anos e o valor residual do bem foi estimado em R\$ 30.000,00. Considerando que a prefeitura utiliza o método linear, o lançamento a ser realizado mensalmente pela contabilidade será:

- (A) D – Depreciação acumulada – Veículos
C – Depreciação R\$ 1.000,00
- (B) D – Depreciação
C – Depreciação acumulada – Veículos R\$ 1.500,00
- (C) D – Depreciação acumulada – Veículos
C – Depreciação R\$ 1.500,00
- (D) D – Depreciação acumulada – Veículos
C – Veículos R\$ 1.500,00
- (E) D – Depreciação
C – Depreciação acumulada – Veículos R\$ 1.000,00

41. Considere as informações extraídas da Contabilidade da União, referentes a um convênio celebrado com outro ente da federação:

Em 20x1:

Receita Orçamentária Arrecadada	R\$ 50.000,00
Devolução de Receita Orçamentária referente a 20x1	R\$ 20.000,00
Devolução de Receita Orçamentária referente a 20x0	R\$ 10.000,00

Com base nas informações, em 20x1, houve

- (A) dedução da receita orçamentária no valor de R\$ 30.000,00.
- (B) dedução da receita orçamentária no valor de R\$ 20.000,00.
- (C) dedução da receita orçamentária no valor de R\$ 10.000,00.
- (D) despesa orçamentária no valor de R\$ 20.000,00.
- (E) despesa orçamentária no valor de R\$ 30.000,00.



42. Considere as informações abaixo, retiradas de um Balanço Orçamentário:

Receitas Realizadas

Receita tributária.....	R\$ 120.000,00
Receita de contribuições.....	R\$ 80.000,00
Receita de alienação de bens.....	R\$ 20.000,00
Receita de Operações de crédito.....	R\$ 60.000,00

Despesas Empenhadas

Pessoal e encargos sociais.....	R\$ 80.000,00
Juros e Encargos da dívida.....	R\$ 40.000,00
Outras despesas correntes.....	R\$ 100.000,00
Amortização da dívida.....	R\$ 40.000,00

Com base nestas informações, o resultado de execução orçamentária foi

- (A) superavitário, o endividamento aumentou e houve redução do ativo permanente.
- (B) deficitário, o endividamento aumentou e houve redução do ativo permanente.
- (C) superavitário, o endividamento diminuiu e houve aumento do ativo permanente.
- (D) deficitário, o endividamento diminuiu e houve aumento do ativo permanente.
- (E) superavitário, o endividamento aumentou e houve aumento do ativo permanente.

43. Considere as informações a seguir, referentes à Prefeitura do Município de Magaba, em 31.12.X1, primeiro ano do mandato do prefeito:

Despesas empenhadas.....	R\$ 100.000,00
Despesas liquidadas e pagas.....	R\$ 30.000,00
Despesas liquidadas e não pagas.....	R\$ 45.000,00
Despesas não liquidadas.....	R\$ 25.000,00
Saldo em caixa.....	R\$ 60.000,00

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o valor inscrito em Restos a Pagar, em R\$, foi

- (A) 25.000,00.
- (B) 100.000,00.
- (C) 45.000,00.
- (D) 70.000,00.
- (E) 60.000,00.

44. Os elementos patrimoniais devem ser avaliados para efeito de apuração dos valores do Balanço Patrimonial. De acordo com a Lei nº 4.320/64, os bens do almoxarifado devem ser avaliados pelo

- (A) preço de reposição dos bens.
- (B) valor atual de mercado, quando o custo de aquisição for menor.
- (C) preço médio ponderado das compras.
- (D) valor justo dos bens, quando o custo de aquisição for menor.
- (E) preço de reposição corrigido dos bens.

45. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar os fluxos classificados em:

- (A) patrimoniais, dos investimentos e dos financiamentos.
- (B) orçamentários, das operações e dos investimentos.
- (C) patrimoniais, das operações e dos financiamentos.
- (D) orçamentários, dos investimentos e dos financiamentos.
- (E) das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

**Normas de Auditoria Governamental**

46. A verificação realizada em entidades da Administração Direta e Indireta em função, subfunção, programas e ações é denominada auditoria
- (A) de controle oficial.
 - (B) pública.
 - (C) governamental.
 - (D) de Estado.
 - (E) oficial.

47. As dificuldades próprias dos trabalhos de auditoria tem como origem a natureza das informações contábeis e dos procedimentos de auditoria, bem como a necessidade da condução dos trabalhos em um período razoável. Assim, a possibilidade do auditor expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorções relevantes, a exemplo da diferença entre valores, recebe o nome de
- (A) riscos de auditoria.
 - (B) erro operacional.
 - (C) distorção de conclusão.
 - (D) erro relevante.
 - (E) acidente de auditoria.

48. No contexto dos procedimentos e métodos de auditoria, os papéis de trabalho são
- (A) documentos que comprovam a realização de trabalhos de auditoria e não se confundem com a documentação de auditoria.
 - (B) um retrato fiel da fiscalização, contendo a documentação de todas as questões que a auditoria aborde em seu relatório.
 - (C) preparados pelo auditado e conferidos pelo auditor, que tem o dever de atestar a regularidade dos atos.
 - (D) registros de procedimentos de auditoria executados, de evidências relevantes obtidas e de conclusões alcançadas pelo auditor.
 - (E) documentos físicos e não eletrônicos, uma vez que têm que ser assinados pelo auditor.

49. Um auditor detectou indício de irregularidade fora do escopo da auditoria, fato que foi devidamente informado ao seu superior hierárquico para a adoção das providências cabíveis. Essa medida foi tomada pelo auditor em atendimento
- (A) ao sigilo profissional.
 - (B) ao zelo profissional.
 - (C) à competência técnica.
 - (D) à independência profissional.
 - (E) à ética profissional.

50. A fase de identificação e averiguação de eventos ou situações que possam afetar adversamente a capacidade do auditor de preparar e realizar o trabalho de auditoria é denominada
- (A) achados de auditoria.
 - (B) avaliação dos riscos de distorção.
 - (C) controle de auditoria.
 - (D) controle de qualidade.
 - (E) preparação da auditoria.

Direito Constitucional

51. A Lei Complementar nº 24/1975 dispõe sobre a competência do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ para autorizar, mediante convênio, a concessão de benefícios fiscais no âmbito da legislação estadual sobre ICMS. Além de estabelecer a obrigatoriedade dos convênios ratificados a todas as unidades da federação (art. 7^a), o referido diploma legal definiu sanções em face da inobservância de suas disposições. Em seu art. 8^o, parágrafo único, contemplou, entre as penalidades previstas, a *suspensão do pagamento das quotas referentes ao Fundo de Participação dos Estados*. Essa medida de caráter sancionatório,
- (A) diferentemente do condicionamento em face da existência de crédito não pago em favor da União, trata-se de hipótese de retenção de recursos dos Estados inadmitida pelo texto constitucional, mas que não cabe ser impugnada em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (B) guarda plena conformidade com o texto constitucional, pois visa a inibir, em nome do princípio federativo, a concorrência predatória entre os governos estaduais, denominada de "guerra fiscal".
 - (C) constitui hipótese excepcional de retenção pela União dos recursos do Fundo de Participação dos Estados expressamente contemplada pelo texto constitucional.
 - (D) incorre em vício de inconstitucionalidade na medida em que contraria a vedação plena de restrição ou retenção à entrega e ao emprego dos recursos constitucionalmente transferidos aos Estados e ao Distrito Federal, cabendo, portanto, ser impugnada em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (E) somente cabe ser aplicada, em virtude da garantia do contraditório e da ampla defesa, após a conclusão de processo administrativo que, ante controvérsia entre governos estaduais, resulte em juízo de reprovação proferido pelo CONFAZ quanto à observância de suas decisões e de suas competências.

52. Em caso de perda de mandato do Presidente do Senado Federal, assume interinamente a presidência da Mesa Diretora do Congresso Nacional o
- (A) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) 1^o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (C) 1^o Vice-Presidente do Senado Federal.
 - (D) suplente do parlamentar cassado.
 - (E) Presidente da Câmara dos Deputados.



53. Conforme a literalidade do texto constitucional, a dignidade da pessoa humana encontra-se entre os
- (A) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
 - (B) direitos e garantias fundamentais.
 - (C) denominados "princípios sensíveis".
 - (D) limites materiais ao poder de reforma da Constituição.
 - (E) fundamentos da República Federativa do Brasil.
54. A imunidade tributária assegurada constitucionalmente aos templos de qualquer culto
- (A) não impede, segundo a jurisprudência do STF, a cobrança de IPTU sobre cemitério que consubstancie extensão de entidade de cunho religioso, ainda que esteja sediado em terreno anexo à capela onde os cultos são praticados.
 - (B) não impede, segundo a jurisprudência do STF, a cobrança de imposto sobre o rendimento obtido em virtude da locação de imóveis pertencentes à instituição religiosa, ainda que seja destinado integralmente ao financiamento de suas próprias atividades.
 - (C) não constitui óbice a que emenda constitucional exclua sua aplicação em face da cobrança de imposto provisório incidente sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.
 - (D) encontra-se definida, a exemplo das demais imunidades tributárias, em norma constitucional de eficácia plena, não comportando regulação mediante lei complementar.
 - (E) não exclui a atribuição, por lei, às entidades responsáveis pelos templos, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecutorios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.
55. Em relação ao regime constitucional que disciplina a liberdade de associação,
- (A) não encontra óbice constitucional a legislação que condicione o recebimento do benefício do seguro-desemprego à filiação do interessado em associação profissional de sua região.
 - (B) a criação de associações independe da autorização de órgãos públicos, ressalvados os casos expressamente previstos em lei.
 - (C) é inconstitucional a cobrança por associação de moradores de contribuição voltada a financiar serviços de segurança privada na região em relação a morador a ela não filiado, mas que seja beneficiário dos serviços.
 - (D) as entidades associativas, apenas quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente em sede de mandado de segurança coletivo.
 - (E) não incorre em inconstitucionalidade ato emitido por autoridade administrativa destinado a suspender ou dissolver entidade associativa em virtude de possuir fins ilícitos.
56. A competência constitucional do tribunal do júri para julgar os crimes dolosos contra a vida (art. 5, XXXVIII, d) afasta a competência do
- (A) Tribunal de Justiça, constante na Constituição Estadual, para julgar juízes estaduais pela prática de tais crimes.
 - (B) Supremo Tribunal Federal, definida pela Constituição Federal, para julgar Deputados Federais e Senadores pela prática de tais crimes.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça, definida pela Constituição Federal, para julgar Governadores de Estado pela prática de tais crimes.
 - (D) Tribunal de Justiça, definida em Constituição Estadual, para julgar Vereadores pela prática de tais crimes.
 - (E) Supremo Tribunal Federal, definida pela Constituição Federal, para julgar Presidente da República após o fim de seu mandato, pela prática de tais crimes, quando ocorridos ainda durante a sua vigência.
57. As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, segundo o texto constitucional, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas. A imposição de tal regime não afasta
- (A) o dever de licitar para a contratação de obras, bens e serviços, bem como a prerrogativa legal, na hipótese de incorporação, cisão ou fusão de empresas incluídas em programas de desestatização, de levantar seu balanço em prazo três vezes maior que as empresas privadas.
 - (B) o uso do sistema de precatórios para o pagamento de suas dívidas judiciais, bem como a prerrogativa legal, na hipótese de incorporação, cisão ou fusão de empresas incluídas em programas de desestatização, de levantar seu balanço em prazo três vezes maior que as empresas privadas.
 - (C) a prerrogativa processual do prazo recursal em dobro aplicável à Fazenda Pública, bem como a imunidade tributária incidente sobre as entidades da administração pública indireta.
 - (D) o uso do sistema de precatórios para o pagamento de suas dívidas judiciais, bem como o dever de licitar para a contratação de obras, bens e serviços.
 - (E) a impenhorabilidade de seus bens, bem como a exigência de concurso público para a contratação de funcionários e servidores.
58. Em face do regime preventivo de tratamento das liberdades públicas mediante autorização prévia, segundo ensina Jean Rivero, "a manifestação da liberdade é ilegal, seja quando a autorização não foi pedida, seja enquanto a administração, provocada, não deu a conhecer sua resposta, seja quando essa resposta é negativa" (cf. *As liberdades públicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 231). Tal regime de tratamento, nos termos da ordem constitucional vigente, não é admitido em relação a
- (A) livre iniciativa econômica e à livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.
 - (B) livre iniciativa econômica e ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.
 - (C) inviolabilidade de domicílio e ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.
 - (D) liberdade de reunião e à livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.
 - (E) liberdade de reunião e ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.



<p>59. A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade têm</p> <p>(A) como requisito de admissibilidade a comprovação de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição normativa objeto da demanda, bem como admitem, em seu procedimento, a participação de terceiros mediante a figura do <i>amicus curiae</i>.</p> <p>(B) por objeto atos normativos de mesma espécie e os julgamentos de mérito decorrentes de seu processamento produzem eficácia contra todos e efeito vinculante.</p> <p>(C) os mesmos legitimados ativos, admitem, em seu procedimento, a participação de terceiros mediante a figura do <i>amicus curiae</i>, além dos julgamentos de mérito decorrentes de seu processamento produzirem eficácia contra todos e efeito vinculante.</p> <p>(D) por objeto atos normativos de mesma espécie e admitem, em seu procedimento, a participação de terceiros mediante a figura do <i>amicus curiae</i>.</p> <p>(E) os mesmos legitimados ativos e seu cabimento requer a comprovação de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição normativa objeto da demanda.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>61. O Ministério Público do Estado do Amazonas ajuizou ação de improbidade administrativa contra diversos agentes públicos, sob a alegação da prática de atos atentatórios aos princípios da Administração Pública, previstos no artigo 11, da Lei nº 8.429/92. Após regular trâmite processual, sobreveio sentença julgando procedente a demanda e condenando os réus às sanções previstas na já citada Lei Federal, com exceção da pena de ressarcimento de dano, que, no caso, comprovadamente inexistiu. Nesses termos, NÃO constitui sanção passível de aplicação ao caso narrado</p> <p>(A) a proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.</p> <p>(B) o pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.</p> <p>(C) a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de três anos.</p> <p>(D) a perda da função pública.</p> <p>(E) a suspensão dos direitos políticos de seis a oito anos.</p>
<p>60. Nos termos da Constituição Federal brasileira, o regime de previdência complementar</p> <p>(A) cabe ser regulado, em caso de urgência e relevância, por medida provisória com força de lei.</p> <p>(B) proíbe o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.</p> <p>(C) requer, em face do seu caráter facultativo e voluntário, a plena correção monetária das contribuições devolvidas em virtude do desligamento por associado do plano de previdência privada.</p> <p>(D) determina que os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada integrem o contrato de trabalho dos participantes, atraindo a competência da Justiça do Trabalho para julgar demandas que versem sobre complementação de aposentadoria ajuizadas contra tais entidades.</p> <p>(E) deve obrigatoriamente proteger o trabalhador em situação de desemprego involuntário, bem como proporcionar cobertura adequada aos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.</p>	<p>62. A Lei nº 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, prevê procedimentos auxiliares das licitações no âmbito do RDC, entre eles, a pré-qualificação permanente.</p> <p>Sobre esse assunto, considere:</p> <p>I. O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição dos eventuais interessados.</p> <p>II. A Administração Pública poderá realizar licitação restrita aos pré-qualificados, nas condições estabelecidas em regulamento.</p> <p>III. A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.</p> <p>IV. A pré-qualificação terá validade de cinco anos, no máximo, podendo ser atualizada a qualquer tempo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
	<p>63. De acordo com a Lei nº 11.079/2004, constitui cláusula obrigatória dos contratos de parceria público-privada, dentre outras,</p> <p>(A) o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.</p> <p>(B) a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, exceto quando destinar-se a reparar irregularidades detectadas, hipótese em que são previstos outros meios legais para tal reparação.</p> <p>(C) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 30 (trinta) anos, excluindo eventual prorrogação.</p> <p>(D) a repartição de riscos entre as partes, exceto os referentes a caso fortuito, força maior e fato do príncipe.</p> <p>(E) a que estabelece critérios subjetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado.</p>



64. Nos termos da Lei Estadual nº 2.794/2003, que trata do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, inexistindo órgão de consultoria jurídica no órgão ou entidade da Administração Pública ou em caso de alta indagação jurídica, o dirigente solicitará manifestação
- (A) da Assembleia Legislativa.
(B) da Procuradoria Geral do Estado.
(C) do Chefe do Executivo.
(D) da Procuradoria Geral de Justiça.
(E) do Defensor Público Geral.
65. Conforme preceitua a Lei Estadual nº 1.762/86, que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas, instaura-se inquérito administrativo quando a falta disciplinar, por sua gravidade ou natureza, possa determinar a aplicação das penas de suspensão, por mais de trinta dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade. Sobre esse assunto é correto afirmar:
- (A) O inquérito administrativo começará no prazo de cinco dias, contados do recebimento dos autos pela Comissão, e terminará no prazo de sessenta dias, não se admitindo prorrogação.
(B) O inquérito administrativo será conduzido por uma Comissão, permanente ou especial, composta por dez funcionários estáveis.
(C) São competentes para determinar a instauração do inquérito disciplinar apenas as seguintes autoridades: o Governador, os Presidentes dos Poderes Legislativo, Judiciário, dos Tribunais de Contas e o Secretário de Estado.
(D) No inquérito administrativo é assegurado o amplo e irrestrito exercício do direito de defesa.
(E) Entre os membros da Comissão, responsável pela condução do inquérito administrativo, três, no mínimo, devem ser Bacharéis em Direito.
66. O Governo do Estado do Amazonas, após regular procedimento licitatório, contratou a empresa Engenharia S.A. para a realização de reforma de edifício pertencente ao citado Estado. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a empresa Engenharia S.A. fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas obras em questão até o limite de
- (A) 75% do valor atualizado do contrato.
(B) 25% do valor contratual originalmente fixado, sem atualização.
(C) 25% do valor atualizado do contrato.
(D) 50% do valor atualizado do contrato.
(E) 35% do valor contratual originalmente fixado, sem atualização.
67. Considere a seguinte situação hipotética: ato administrativo praticado com vício de incompetência relativo à pessoa jurídica. Exemplo: a competência para a prática do ato administrativo era da União e o Município praticou o ato. Nesse caso,
- (A) o vício comporta ratificação apenas pela União.
(B) o ato administrativo é absolutamente válido.
(C) o vício gera nulidade absoluta, não sendo passível de convalidação.
(D) o vício gera nulidade relativa, porém, não cabe convalidação.
(E) é possível a convalidação.
68. Conforme preceitua o Decreto nº 6.017/07, que regulamenta a Lei dos Consórcios Públicos, considere:
- I. O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções, sendo que a recusa ou demora na ratificação não poderá ser penalizada.
II. Dependerá de alteração do contrato de consórcio público o ingresso de ente da Federação não mencionado no protocolo de intenções como possível integrante do consórcio público.
III. Os consórcios públicos, ainda que revestidos de personalidade jurídica de direito privado, observarão as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, admissão de pessoal e à prestação de contas.
IV. Nas hipóteses de criação, fusão, incorporação ou desmembramento que atinjam entes consorciados ou subscritores de protocolo de intenções, os novos entes da Federação, salvo disposição em contrário do protocolo de intenções, serão automaticamente tidos como consorciados ou subscritores.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e IV, apenas.
(B) I, II, III e IV.
(C) I e II, apenas.
(D) III e IV, apenas.
(E) I, II e III, apenas.
69. O Estado do Amazonas em determinado procedimento licitatório exigiu, como requisito de habilitação, a indicação de corpo técnico dotado de certas qualificações. Julgada a habilitação, a mesma questão foi utilizada como critério de julgamento das propostas, oportunidade em que foi desclassificado licitante com base no tema já analisado na fase de habilitação. Vale salientar que por ocasião da desclassificação não houve a superveniência de fatos novos, nem de fatos cujo Estado não tinha ciência quando do julgamento da habilitação e também não foi utilizada eventual "ilegalidade" como fundamento para a desclassificação. Sobre esse assunto é correto afirmar:
- (A) É vedado adotar como critério de julgamento da proposta requisito ou exigência pertinente à fase de habilitação, já devidamente apreciada.
(B) Está correta a postura da Administração, pois as fases de habilitação e julgamento das propostas são complementares e, por tal razão, é possível a reapreciação de fatos já enfrentados.
(C) Após julgada a habilitação, os temas nela apreciados poderão ser utilizados como critério de julgamento das propostas, bem como para adjudicação do objeto.
(D) A exigência de habilitação narrada no enunciado não é própria de tal fase e por tal razão pode, excepcionalmente, ser reapreciada.
(E) O Poder Público licitante sempre poderá rever exigências de fases anteriores, mesmo que não seja em virtude de ilegalidade.
70. A Administração Pública, ao conceder uma licença de construção, pratica ato administrativo
- (A) Punitivo.
(B) Negocial.
(C) Enunciativo.
(D) Ordinatório.
(E) Normativo.



DISCURSIVA

Questão 1

O equilíbrio das contas públicas é um dos maiores problemas enfrentados pelos municípios brasileiros e esse contexto serviu de base para a edição da Lei Complementar nº 101, publicada em 5/5/2000, conhecida popularmente como a Lei da Responsabilidade Fiscal – LRF, em atenção ao disposto no artigo 163 da Constituição Federal de 1998.

Um dos pontos de maior preocupação do legislador foram os gastos com pessoal, que representam a maior despesa de uma Prefeitura e essa relevância é a razão da LRF ter disciplinado mecanismos de planejamento e controle em proporção à receita corrente líquida do município.

Sobre esse assunto e nos termos da LRF, elabore um texto que abranja os seguintes pontos:

- a. Quais são, respectivamente, os limites percentuais de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida de um município, de um Poder Executivo municipal e de um Poder Legislativo municipal?
- b. Explique em qual hipótese haverá alerta por parte do Tribunal de Contas do Amazonas em relação a gastos com pessoal de um Poder Executivo municipal.
- c. Identifique outra hipótese geradora de alerta por parte dos Tribunais de Contas.
- d. Explique se as despesas com terceirização de mão de obra devem ser classificadas como despesas com pessoal.
- e. Gastos com horas extras e com compensação financeira de regimes de previdência social entram no cálculo dos gastos com pessoal?
- f. Qual a periodicidade para a verificação do cumprimento dos limites com gastos de pessoal de um município?
- g. A partir do alcance de qual percentual do limite máximo de gastos com pessoal é vedado a um Poder Executivo municipal criar cargos?
- h. Se o Poder Executivo municipal exceder o limite máximo de gastos com pessoal poderá haver a concessão de revisão geral anual prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal brasileira de 1998?
- i. São Paulo e Rio de Janeiro são os únicos municípios brasileiros a contar com um Tribunal de Contas. Esses Tribunais estão sujeitos ao controle dos seus gastos com pessoal?
- j. Qual o regime contábil adotado para a apuração da despesa total com pessoal?

RASCUNHO

